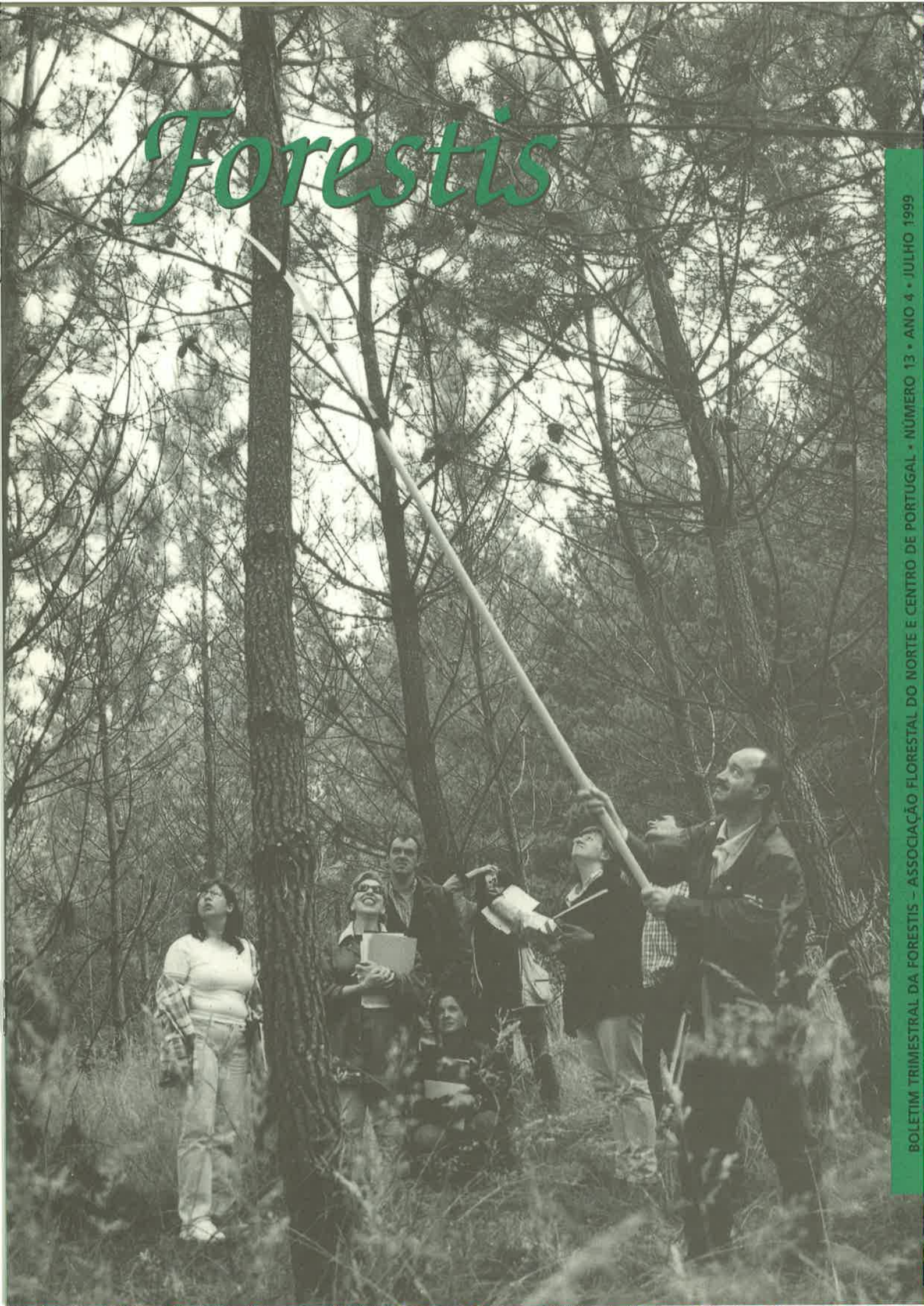


Forestis



PDSFP, PROF e PGF

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (PDSFP) foi adoptado em Resolução de Conselho de Ministros (n.º 27/ /99), no passado dia 8 de Abril. Ficam assim criadas as expectativas para que este referencial das linhas de política florestal nacional, seja dotado das necessárias medidas e instrumentos políticos, financeiros e fiscais, da responsabilidade da Autoridade Florestal Nacional, do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas e dos restantes parceiros ministeriais, de forma a viabilizar a implementação deste plano e o cumprimento dos objectivos e metas neles propostos.

Finalmente, e depois de resolvidas as incompatibilidades existentes entre a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto) e a Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto), no que refere ao tipo de instrumento de gestão territorial em que os PROF seriam inseridos, de natureza especial ou de política sectorial, foram publicados no passado dia 9 de Junho os Decretos-Lei n.º 204/99 e n.º 205/99 referentes à regulamentação do processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e Planos de Gestão Florestal (PGF), respectivamente. Relativamente à proposta de decreto-lei inicial que iria regulamentar os PROF e PGF, as principais alterações sofridas foram a separação destes planos por dois decretos-lei distintos, o n.º 204/99 e o n.º 205/99. Relativamente ao caso específico dos PROF, estes foram enquadrados como instrumentos sectoriais de gestão territorial, articulando-se assim com o estipulado na LBPOTU, o que só os torna vinculativos para as entidades públicas. No entanto, está previsto que os PDM (Planos Directores Municipais) integrem, na primeira alteração a que forem sujeitos, as normas constantes dos PROF. Lamentavelmente, a proposta que a *Forestis* havia formulado, para aumentar a eficácia dos PROF, de nos diplomas legais complementares da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, que definirão as alterações aos regimes aplicáveis à elaboração, aprovação, execução, avaliação e revisão dos PROF, PDM e Planos Especiais, ficasse definido um prazo (2 a 3 anos), que vinculasse as entidades responsáveis por estes planos à revisão, no sentido de integrar as normas e directrizes dos PROF, não foi integrada. A consequência deste facto é que esta integração nos PDM não vai ocorrer em simultâneo, pelo que teremos de esperar vários anos, dependentes dos diferentes períodos de revisão destes planos, até que este processo esteja completo. As restantes alterações mais significativas, dizem respeito à escala, alterada de 1:100.000 para 1:25.000 (talvez excessiva) e à responsabilidade da elaboração dos PROF, a qual compete exclusivamente às Direcções Regionais de Agricultura, embora esteja prevista a figura de uma comissão mista com funções de acompanhamento de todo o processo.

SUMÁRIO

Editorial

3

Vida da *Forestis*

4

Vida das Associações Florestais

8

FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL
Nº 13

EDITADO POR: *Forestis* – AFNCP;

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR DA UNIV. DO PORTO, R. DO CAMPO ALEGRE, 823,
4150 PORTO – TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA

COORDENAÇÃO: CAROLINA DOMINGUEZ

COMITÉ DE REDACÇÃO: EQUIPA TÉCNICA DA *Forestis*

NESTE NÚMERO COLABORARAM: ANA CARNEIRO, AMÉRICO MENDES, ANTÓNIO BORGE, ANTÓNIO NETO, CAROLINA DOMINGUEZ, CELESTE ALMEIDA, JOAQUIM VIEIRA, JORGE CUNHA, MARISA MARTINS, NUNO CALADO, ROSÁRIO ALVES, SÓNIA MARQUES, TERESA NEVES

EDITORIAL

Sapadores sim, mas não assim

Ao longo dos últimos anos, os diferentes governos têm procurado diversas soluções para atacar o flagelo estival dos incêndios que, a um ritmo constante, vão destruindo a floresta portuguesa.

Em regra geral, a maioria destas soluções vão mais no sentido de minorar as consequências do que prevenir os riscos. Os meios disponíveis são canalizados prioritariamente para o combate dos incêndios (equipamentos, meios aéreos, etc...) sem dúvida necessário, deixando para último lugar as acções de prevenção (limpeza de matos, corta fogos, ordenamento florestal, reforço do associativismo).

As limitações desta estratégia são evidentes: apesar de uma dotação orçamental crescente, a destruição dos nossos recursos florestais avança a largos passos.

Este ano, creio que pela primeira vez, o governo decidiu lançar uma nova experiência: a criação de brigadas de sapadores florestais. Como foi concebida, a ideia é boa e promissora. Estas brigadas terão, no verão, uma função essencial de vigilância e de primeiro combate, em conjunto com as corporações de bombeiros, realizando durante o resto do ano, operações de ordem preventiva.

No entanto, o projecto de implementação corre riscos de não atingir as expectativas e esperanças que muitos puseram nele. E por três razões:

Em primeiro lugar porque o seu lançamento não foi devidamente planeado ou programado. Pretende-se fazer em algumas semanas, o que exigiria vários meses. Os riscos são enormes. Não há tempo para desenvolver um processo de recrutamento e de formação que permita ter homens preparados para desenvolver as tarefas que lhes vão ser confiadas. Mais, não há tempo para implementar o processo de coordenação, que se prevê complexo, entre as diversas entidades que vão participar na vigilância, detecção e combate nos fogos florestais.

Em segundo lugar, esta iniciativa foi assumida paralelamente pelo Ministério de Agricultura e o Ministério da Administração Interna, sem a devida coordenação.

Sendo este um problema de reconhecida importância, não se percebe porquê é que estes dois Ministérios não compatibilizaram os seus projectos, normalizando as regras e os instrumentos e concentrando os respectivos meios financeiros de forma a obter uma maior eficácia de acção.

Por fim, o papel reservado às Associações florestais, parte mais uma vez de pressupostos errados. As Associações são chamadas a constituir brigadas financiadas a 75 %. Ora com os problemas financeiros com que estas Associações já se debatem e que todos conhecem, como é possível pensar num acréscimo dos encargos para assegurar um serviço de natureza colectiva e pública.

Se a direcção desta nova medida é boa, falta ainda encontrar o caminho mais certo, e principalmente uma montagem financeira que permita às Associações desempenhar este papel tão importante na sua missão de gestão florestal.

VIDA DA *Forestis*

Presença activa na Feira AGRO99

Mais uma vez a *Forestis* e as suas associadas estiveram presentes na Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação – AGRO99, que decorreu de 21 a 25 de Abril em Braga. Pelo nosso stand passaram muitos visitantes, que foram informados sobre a importância e as vantagens do associativismo florestal, a Associação Florestal da respectiva área de residência, programas de financiamento existentes, entre muitas outras informações.

Participação no II Forum Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Entre-Douro e Minho, na XI Jornadas Técnicas Florestais e no Workshop «Floresta: Práticas e Perspectivas»

Presente no II Forum Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural em 13 e 14 de Abril, a *Forestis* manifestou a sua preocupação face às carências do sector de prestadores de serviços e formulou a necessidade de o potencializar.

Seguiu também com muito interesse, os trabalhos das XI Jornadas Técnicas Florestais sobre «A Floresta no Desenvolvimento Rural», organizadas em Algés pela Direcção Geral das Florestas em 27 de Abril, tomando conhecimento dos planos e medidas do novo Quadro Comunitário que incluem questões florestais.

No Workshop «Floresta: Práticas e Perspectivas» organizado pela Lusitânia – Agência de Desenvolvimento em Viseu, em 18 de Junho, a *Forestis* pode participar nos debates em torno do ordenamento florestal, e da Agenda 2000, assim como tomar melhor conhecimento das características da floresta da região.

Participação na I Jornadas Florestais da Beira Interior

Respondendo ao convite que lhe foi efectuado, a *Forestis* apresentou o trabalho que desenvolve na área do fomento associativo com uma comunicação nas I Jornadas Florestais da Beira Interior, realizadas em Castelo Branco em 20 e 21 de Maio.

A *Forestis* promove debate entre os diferentes agentes da fileira florestal sobre o papel do associativismo

Respondendo ao convite efectuado pela *Forestis*, participaram activamente na Jornada de trabalho sobre o papel do associativismo na fileira florestal e sobre as condições do seu fortalecimento, altos representantes de várias entidades públicas e privadas (em cerca de 50 pessoas). Depois de uma avaliação do impacte das acções realizadas pela *Forestis* desde a sua criação, foram apresentadas as grandes linhas orientadoras da sua acção para o período 1999 a 2001 e o papel fundamental que está a desenvolver no processo de reflexão e implementação da certificação florestal, designadamente através da sua participação no processo pan-europeu de certificação, enquadrando-se nas linhas estratégicas do Plano Sustentável da Floresta Portuguesa.

O ponto mais importante desta Jornada foi a discussão sobre o financiamento do associativismo florestal baseada num documento apresentado pela *Forestis* e distribuído a todos os participantes. Este documento propõe a estabilização dos níveis de ajuda dos futuros subsídios comunitários a 75 % (contrariamente ao PAMAF actual) e a concentração das acções elegíveis numa só medida de financiamento em vez da dispersão actual que gera grande burocracia, chamando a atenção pela necessidade de um

reforço da participação do Estado na instalação e desenvolvimento deste movimento associativo nascente. Foi igualmente focado o interesse que a indústria tem em apoiar este movimento no sentido de favorecer uma maior produção e produtividade do sector primário.

Assembleia Geral da *Forestis*

No passado dia 29 de Maio, realizou-se na sede da *Forestis* a sua Assembleia Geral para leitura, discussão e aprovação do relatório de actividades e contas de 1998. Com a presença de quase todas as suas associadas, foi aprovado por unanimidade o relatório e contas da Direcção com uma moção de louvor para a Direcção e a equipa técnica pelo seu desempenho. A *Forestis* felicita-se pela grande participação das associadas nesta Assembleia que deu pela primeira vez as suas boas vindas a Cooperativa Agrícola de Boticas.

Reuniões entre técnicos do movimento *Forestis*

No âmbito das reuniões de técnicos deste movimento promovidas pela *Forestis*, realizaram-se duas visitas, uma à Portucel Florestal (núcleo de Valongo) e outra à unidade industrial da Portucel Viana, em que se teve a oportunidade de contactar mais de perto com a realidade da produção do eucalipto e do pinheiro e do aproveitamento destas espécies na produção de papel kraft-liner. Agradecemos à Administração da Portucel e mais especialmente, pela disponibilidade e atenção

dispensada durante as visitas, aos Eng^{os} China Pereira e Armando Brochado.

Formação

A *Forestis* teve uma audiência em 14 de Junho com o Gestor da Medida 6 do PAMAF – Formação e Educação, o Eng^o Fernando Costa, para expor e tentar encontrar uma solução aos graves problemas que assolam a *Forestis* desde a decisão tomada pela Unidade de Gestão em cortar, num total de 1200 contos, as verbas previstas nos pedidos de pagamentos de Saldo de candidaturas já aprovadas e executadas, pondo em risco toda a importante actividade de formação desempenhada pela *Forestis* na área florestal.

Depois de uma conversa muito aberta com o Eng^o Fernando Costa, julgamos que os nossos problemas foram compreendidos. Esperamos agora que uma solução rápida seja encontrada para que estes cortes não se repitam nas futuras acções de formação desenvolvidas pela *Forestis*, o que poria em causa a continuação desta actividade fundamental, desenvolvida já com muito sacrifício.

Desde o início do ano, a *Forestis* realizou 3 cursos para técnicos florestais, nomeadamente Fogos Controlados, Podas e Desramas em Espécies Florestais e Infra-estruturas. Todos eles tiveram uma participação muito activa dos formandos. Destacamos os dois últimos cursos pelo seu carácter inovador que permitirá aos formandos desempenhar um trabalho mais eficiente junto dos proprietários florestais.

Decorreu também o curso de Podas em árvores florestais dirigido a proprietários florestais sócios



Visita à Portucel Florestal

da PORTUCALEA. Com este curso, iniciamos um ciclo de cursos mais específicos e de carácter mais prático, depois de terem decorrido os primeiros cursos de sensibilização dos proprietários florestais aos problemas do associativismo, gestão e defesa florestal. Para mais informações sobre os cursos que irão decorrer durante o ano, é favor contactar o departamento de formação da *Forestis* directamente.

A *Forestis* activa na questão sobre sapadores florestais

Respondendo às finalidades da *Forestis* e no intuito de tornar as suas actividades mais eficientes, a *Forestis* convidou no passado dia 7 de Junho, na sua sede, as suas Associadas, para participar numa reunião que tinha o objectivo de clarificar a função das brigadas de sapadores florestais criadas pelo decreto Lei nº 179/99, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação da experiência do Engº Manuel Rainha do Parque Natural do Montesinho no acompanhamento de brigadas de sapadores.
2. Esclarecimento por parte da Direcção Geral das Florestas nas pessoas das Engºas Lucília Mota e Manuela Pedroso sobre o teor do Decreto Lei e da sua aplicação no terreno

Foi muito importante a contribuição do Engº Manuel Rainha, por levantar problemas não previstos no Decreto Lei e perante os quais as Associações serão confrontadas.

As dúvidas sobre o próprio Decreto e a sua aplicação foram manifestadas pelos representantes das Associações e esclarecidas pelas representantes da DGF, comprometendo-se as mesmas a enviar, num prazo o mais curto possível, a resposta para as dúvidas que ficaram por ser esclarecidas. Agradecemos o contributo de todos os participantes.

Por outro lado, a *Forestis* tem acompanhado todo o processo de decisão sobre as candidaturas dos nossos associados. Registrando alguns problemas, a *Forestis* tem pedido esclarecimentos acerca de algumas candidaturas que, após recepção na Direcção Regional de Agricultura, não entraram, como outras, na Direcção Geral de Florestas

em tempo oportuno, pondo em risco a sua aceitação, solicitando igualmente o alargamento do prazo de entrada das mesmas à própria DGF.

Participação da *Forestis* nas 2ªs Jornadas técnicas da PORTUCALEA e da Associação Florestal do Lima

que decorreram respectivamente em 18 e 19 de Junho com o tema de «Prevenção», defesa e rentabilidade da floresta em Vila de Conde e em 25 de Junho em Viana do Castelo com o tema «A Floresta e o ambiente» (ver artigos na secção Vida das Associações).

A *Forestis* participa no seminário sobre «Desenvolvimento, Floresta e Ambiente» na Exponor

Na presença de um público interessado, procedente de um leque variado de instituições, a *Forestis* foi convidada, junto com outros prestigiados oradores, a pronunciar-se em torno às questões sobre «Desenvolvimento, Floresta e Ambiente», num seminário organizado pela Comissão de Coordenação da Região Norte na Exponor, em 28 de Maio.

Foi realçado o papel fundamental do associativismo como instrumento activo de gestão da floresta privada assim como a necessidade de implementação rápida de linhas financeiras adequadas, quer para os proprietários individuais, quer para as Associações, sobre a base de propostas, estudos e experiências já existentes.

Participação da *Forestis* no debate sobre a REN – Reserva Ecológica Nacional

A *Forestis*, como representante dos proprietários, é a primeira a reconhecer que o espaço florestal, deve ser gerido de forma a que não se degradem nem se esgotem recursos.

No entanto, a floresta no nosso país é maiorita-

riamente propriedade privada, diferente de Norte a Sul do País e por lei maioritariamente abrangida por um regime de Reserva Ecológica Nacional.

Numa reunião em Sintra, a 7 de Abril, organizada pela DGF, e que reuniu um vasto leque de pessoas e entidades ligadas ao sector, a *Forestis* teve a oportunidade, não só de expressar o elogio pelo trabalho desenvolvido pela DGF, mas de levantar algumas dúvidas procedentes da multiplicidade e singularidade de situações, quanto à proposta de interdição pura e simples de algumas acções, quando não estão objectivamente comprovados os seus malefícios nem asseguradas alternativas, nomeadamente tecnológicas, viáveis.

A *Forestis* reuniu em Junho com a Directora de Serviços da Direcção Regional de Ambiente de Entre Douro e Minho devido à recente cobrança de taxas, aos proprietários, pela emissão de pareceres para projectos florestais em áreas de REN.

A cobrança deste serviço segundo nos informaram, tem por base a aplicação da lei de 95, que só agora passou a ser aplicada, entre outras razões, pelo facto de se considerar que a emissão de pareceres para este fim não faz parte das competências das DR Ambiente, existindo outra entidade – DGF que poderá dar estes pareceres. No entanto, convém lembrar que em áreas onde a carta da REN não está aprovada são obrigatoriamente estas Direcções Regionais a emitirem parecer. Logo nestas situações o proprietário terá que pagar essa taxa pelo parecer, por se tratar de uma prestação de um serviço.

Fica aqui expresso o nosso desagrado por, mais uma vez, o proprietário ser penalizado e a uma escala, que se tivermos em conta os projectos do minifúndio, supera o valor cobrado pela elaboração e acompanhamento do projecto. É curioso que por um parecer de secretária, o Estado cobre mais do que os seus projectos de financiamento assumem como necessário para a elaboração de um projecto florestal.

Na nossa opinião, para ultrapassar este problema todos os documentos necessários à apresentação de candidaturas a projectos financiados, devem passar a ser elegíveis numa acção que se chamaria **despesas de constituição de processo**.

Encontros com o IFADAP

No sentido de contribuir para o melhoramento dos processos na realização e apresentação de

cartografia digitalizada dos projectos florestais, a *Forestis* participou numa reunião promovida pelo IFADAP em Lisboa, junto com várias outras entidades do sector.

Por outro lado, e para dar cumprimento à solicitações das nossas associadas, a *Forestis*, numa reunião com o Eng^o Fernando Coucelo, envidou todos os esforços para que o prazo do protocolo *Forestis* – IFADAP fosse alargado para permitir uma maior taxa de execução da nossa parte e ver garantida a aprovação orçamental dos projectos PDF em carteira.

Contudo, o Eng^o Fernando Coucelo, administrador do IFADAP e responsável por esta área, transmitiu-nos que isso não poderia acontecer, aconselhando-nos mesmo assim a apresentar projectos.

Assim os cenários que se apresentam são:

1. Projectos enviados ao abrigo do protocolo até 31 de Julho serão aprovados;
2. Projectos enviados depois de 31 de Julho, só serão aprovados se existir cabimentação;
3. Se não existir cabimentação, na melhor das hipóteses, só em Fevereiro serão aprovadas novas candidaturas, no âmbito do novo quadro comunitário.

Eurosilvasur

A *Forestis* participou activamente na definição do programa final do Eurosilvasur: Esteve presente em duas reuniões em Bilbao, e coordenou o comité de pilotagem regional com os parceiros regionais (AIMP, AURN, CCRN) em 26 de Maio, no Porto, com a presença da Eng^a Amélie Castro, directora do projecto.

Também deu as suas contribuições na reunião do Comité de Gestão, com os representantes de todos os parceiros do projecto, no Porto em 29 e 30 de Junho.

Visita do World Forest Center

A *Forestis* organizou e acompanhou um dia da visita de 50 membros do World Forest Center dando-lhes a conhecer a nossa realidade florestal. Ficaram muito interessados pelo tipo de propriedade e organização florestal da nossa região.

VIDA DAS ASSOCIAÇÕES

Projectos Florestais no Vale de Sousa no período de 1994 a 1999

Num trabalho recentemente apresentado¹ estudamos o conjunto dos proprietários individuais com floresta e das sociedades agrícolas sócios da Associação Florestal do Vale do Sousa à data de 1 de Junho de 1999. Dos 383 associados nestas condições observa-se o seguinte:

- a) 46,7 % não realizaram nenhum projecto PDF ou 2080, nem se candidataram para esse efeito;
- b) 30,3 % realizaram projectos PDF ou 2080 só a título individual;
- c) 21,1 % realizaram projectos PDF e 2080 só como membros de agrupamentos de produtores e proprietários florestais;
- d) 1,8 % realizaram projectos PDF e 2080 quer a título individual, quer como membros de agrupamentos de proprietários e produtores florestais.

Como se pode verificar, predominam os sócios com projectos florestais quer individuais, quer agrupados, não sendo despendida a percentagem destes últimos. É de referir ainda o facto de haver uma percentagem relativamente elevada de sócios que não procuram a Associação para apoio na realização, a curto prazo, de projectos PDF e 2080, mas sim para outros serviços de melhoria da gestão da sua floresta.

Este estudo também investigou alguns factores influenciadores da probabilidade dos associados realizarem este tipo de projectos usando a informação disponível na associação, tendo-se chegado às conclusões que passamos a expor.

1. Proprietários só com projectos individuais

A probabilidade de um proprietário realizar um projecto florestal a título individual varia positivamente em função da sua área florestal e negati-

vamente em função da distância entre a sua residência permanente e a sua exploração florestal principal e em função do número das suas explorações florestais.

2. Proprietários só com projectos integrados em agrupamentos

A probabilidade de um proprietário realizar um projecto florestal como membro de um agrupamento florestal varia negativamente em função da sua área florestal, da distância entre a sua residência permanente e a sua exploração florestal principal e do número das suas explorações florestais.

3. Proprietários florestais com projectos individuais e agrupados

A probabilidade de um proprietário realizar não só projectos individuais, mas também agrupados varia positivamente em função da sua área florestal e do número das suas explorações florestais, não sendo significativamente influenciada pela distância entre a residência permanente e as explorações.

Deste estudo podem retirar-se as seguintes recomendações:

- dedicar uma atenção especial aos proprietários residentes na proximidade das suas explorações, por serem aqueles que terão mais probabilidade de investir na sua floresta;
- prosseguir o trabalho de fomento da constituição de agrupamentos de proprietários e produtores florestais, insistindo junto das entidades competentes para que não se compliquem as condições de elegibilidade destes projectos;

¹ Américo M. S. Carvalho Mendes – «Participation of non industrial private forest owners» in *National Forest Programs: a discrete choice model for Northern Portugal*. Comunicação apresentada no Forest Policy Research Forum «The role of National Forest Programs to ensure sustainable forest management». Joensuu (Finlândia): European Forest Institute. 14-17 de Junho de 1999.

- prosseguir o trabalho de melhoria e diversificação dos serviços prestados aos associados, para além do apoio na realização de projectos de florestação, nomeadamente no que tem que ver com a protecção da floresta existente e da maior valorização dos seus projectos.

Para dar corpo a estas orientações a Associação tomou as seguintes medidas:

- descentralização dos serviços para os aproximar mais dos seus associados, especialmente dos que estão mais afastados da sede, mais concretamente uma permanência do técnico da Associação nos dias de feira, na Cooperativa Agrícola de Castelo de Paiva e a criação do Núcleo de Felgueiras com o apoio da Câmara Municipal deste concelho;

- desenvolvimento do serviço de avaliação de material lenhoso em pé;
- apresentação da candidatura para a criação de uma brigada de sapadores florestais, tendo sido a nossa associação uma das primeiras, se não mesmo a primeira associação da região a instruir uma candidatura completa para este efeito.

Destes e doutros projectos em preparação para cumprir as orientações atrás referidas daremos conta em devido tempo.

Américo M. S. Carvalho Mendes
(Presidente)

II Jornadas Técnicas da Associação Florestal do Lima: «A Floresta e o Ambiente»

A Associação Florestal do Lima (AFL), ciente da necessidade de conciliar o sector florestal com o sector ambiental no Vale do Lima, por verificar ausência de diálogo e acordos entre estes dois sectores, organizou as suas II Jornadas Técnicas dedicadas à Floresta e ao Ambiente, que decorreram na passada sexta-feira, dia 25 de Junho, em Viana do Castelo, no Centro Social e Paroquial de Santa Maria Maior, contando com a presença de Eng^o. Carlos Morais, Director Geral das Florestas.

Pelo quarto ano consecutivo, esta Associação propôs-se discutir um tema relevante para o sector.

Apresentam-se a seguir as conclusões proporcionadas pelo debate, ao longo do dia, gerado pelas intervenções dos vários especialistas presentes.

Na sessão de abertura, que esteve a cargo do Presidente da Região do Turismo do Alto Minho, Dr. Francisco Sampaio e da Direcção da AFL, Eng^o. Francisco Calheiros e Viana da Rocha, foi realçada a ligação da floresta, como paisagem, ao turismo no espaço rural e na região, tendo o Dr. Francisco Sampaio alertado para a necessidade de controlar os fogos florestais, nomeadamente com a colocação de vigilantes conhecedo-

res da zona, pois são gastos milhares de contos com os fogos que levam à desertificação de região.

No primeiro painel da manhã o Eng^o. Horácio Faria, técnico da Câmara Municipal de Viana do Castelo, chamou a atenção para o facto da floresta e o ambiente serem designações diferentes, mas constituírem um único corpo. Após apresentação do Vale do Lima, focou os problemas com que esta região se tem debatido: «Estamos numa zona de minifúndio, a agricultura diferencia-nos do resto do país, se quisermos valores meramente económicos na agricultura, temos e precisamos do valor acrescentado à floresta. É muito preocupante a quantidade de sedimentos que é arrastada por falta de áreas florestais e que pode pôr em causa o equilíbrio ambiental do nosso país». Para este técnico, é importante que dentro da parte ambiental haja uma componente, a área florestal. Concluiu a sua intervenção deixando a mensagem que o «associativismo é extremamente importante».

A segunda intervenção da manhã esteve a cargo do Eng^o. Vitor Louro, da Direcção Geral das Florestas. Este orador disse que «a floresta e o ambiente acabam por desembocar naquilo que

se chama desenvolvimento sustentável: «O desenvolvimento, se é sustentável, não pode ser só com base nas árvores». Num vértice estão os bens que a floresta produz, noutro vértice o ambiente». Referiu ainda as operações a seguir para uma boa gestão florestal sustentável, instalação, manutenção e exploração. Tendo dado ênfase à vigilância, disse que todos somos sensíveis ao problema dos incêndios e que o Governo teve capacidade política para o perceber, dando a possibilidade para a criação de Brigadas de Sapadores.

Os trabalhos da tarde, moderados pelo Presidente da *Forestis*, o Dr. Silva Ramos, começaram com a comunicação do Eng^o. Miguel Brito, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, que salientou o valor da floresta para o ambiente e a gestão sustentável da floresta. Concluiu a sua intervenção dizendo que «a atitude ambientalista dos agricultores e produtores florestais é fundamental para a conservação da natureza» e que «a plantação e a manutenção da floresta e das árvo-

res em geral, deve ser considerado um serviço de interesse público que deveria ser compensado como tal, por exemplo, na base do seu contributo para a despoluição do ambiente».

A última intervenção da tarde, foi da responsabilidade do Eng^o. Silva de Carvalho, Chefe da Divisão Sub-Regional do Ambiente do Minho e Lima.

Encerraram a sessão o Eng^o. Carlos Morais, Eng^o. José Eira, Sub-Director Regional da Agricultura de Entre Douro e Minho e o Sr. José Maria Costa, Vereador do Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Todos os intervenientes elogiaram esta iniciativa da AFL. Para Carlos Morais a AFL foi ambiciosa na descrição do tema hoje debatido, «A Floresta e o Ambiente».

Estas são as palavras do Director Geral das Florestas, «ainda bem que a AFL é protagonista no acordo que houve ao longo da discussão de hoje».

Sónia Marques
(Técnica da Associação)

IIª Jornada Técnica da PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto

A IIª Jornada Técnica organizada pela PORTUCALEA, dedicada ao tema «Prevenção, Defesa e Rentabilidade da Floresta», realizou-se nos dias 18 e 21 de Junho, na Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, com a presença do Eng^o José Manuel Peixoto da Eira, Sub-Director Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Prof. Artur Borges, Delegado da CNEFF Região Porto e responsáveis pelas CEFF's Municipais da Área Metropolitana do Porto.

Nesta Jornada foram abordados os fogos florestais como o grave problema da gestão e rentabilidade da floresta no Grande Porto. Neste âmbito a Portucalea apresentou o projecto de Prevenção e Defesa da Floresta do Grande Porto que está a desenvolver. Este projecto tem como início o estudo da área florestal e das infra-estruturas existentes na zona do Grande Porto.

A implementação de práticas silvícolas que diminuam o perigo na floresta e aumentem a sua rentabilidade, foi uma das propostas para melhorar a qualidade dos povoamentos florestais.



A rentabilidade da floresta em paralelo com as exigências do mercado de madeira foi outro dos temas abordados, concluindo-se que o conhecimento desse mercado permite ao proprietário florestal gerir o seu povoamento com maior lucro.

Durante o dia 18 responsáveis da DGF, da UTAD, do CTIMM, da *Forestis* e da Portucalea

apresentaram e debateram novas ideias e técnicas para diminuir o risco de incêndio nas nossas florestas e aumentar assim a sua rentabilidade.

No dia 21 foi efectuada uma visita ao concelho de Vale de Cambra onde foi apresentado o Plano Municipal de Intervenção Florestal de Vale de Cambra. Foi possível analisar a sua eficiência a nível de intervenção na floresta com infra-estruturas de apoio vocacionadas para a prevenção florestal.

Participaram nesta jornada sócios da Portucalea, os municípios do Grande Porto e Técnicos das Associações Florestais Locais.

Curso de podas em árvores florestais

A Portucalea, em colaboração com a *Forestis*, realizou um curso sobre podas em árvores florestais. Durante o curso foram abordadas as vertentes da poda em condução de povoamentos florestais e condução de árvores ornamentais.

O curso teve a duração de 35 horas, decorreu em S.Cosme de Gondomar, e teve a participação de proprietários florestais e jardineiros.

O sucesso desta acção levou-nos a pensar que seria de todo o interesse repeti-lo em outras oportunidades.

A PORTUCALEA tem mais uma técnica

Com o aumento do número de sócios e projectos que a Portucalea vem desenvolvendo ao longo deste último ano, especificamente o Projecto de Estudo e Diagnóstico da Floresta do Grande Porto, o apoio de um novo técnico é necessário para a sua concretização. Assim a partir do mês de Julho a Portucalea vai passar a contar com a ajuda de um novo técnico florestal, Eng^a Paula Alexandra Afonso, licenciada em Engenharia Florestal. Esta técnica vai realizar um estágio profissional nesta Associação com duração de 9 meses.

A Portucalea vem assim apresentar esta nova Técnica que vem aumentar e melhorar a equipe de trabalho da Associação, encontrando-se esta sempre ao dispor dos seus sócios.

Relembramos que a Portucalea tem novas instalações e deixamos o convite para que visitem a nova sede e conheçam a nossa nova técnica.

Teresa Ramos das Neves
(Técnica da Associação)

Associação Florestal de Basto

A floresta é o futuro?

Cada vez que falamos na floresta da sub-região de Basto, sempre se refere à sua enorme importância económica. Pois é por demais evidente que em volta da cadeia florestal, que vai desde o proprietário florestal às indústrias de transformação, se movimentam muitos milhões de contos em Basto, o mesmo acontecendo por todo o País. Mas porque será que no início da cadeia florestal, no proprietário florestal, ainda se nota bastante letargia na implementação de uma visão mais empresarial da exploração florestal? Esta é talvez a pergunta que surge a quem reflita em volta da problemática do futuro da nossa floresta.

Em minha opinião chegou a hora de os detentores de capital, seja ele fundiário ou monetário,

se voltarem para o sector florestal como para um projecto de investimento. E como qualquer projecto de investimento este também tem riscos. Quando falamos em investir na floresta, logo se levantam vozes alertando para o facto de as receitas deste tipo de empresas, porque é de empresas florestais que estou a falar, só se efectivar a longo prazo, entre 20 a 30 anos. Por um lado têm razão, se hoje iniciarmos a plantação de um povoamento florestal, as suas maiores entradas de dinheiro serão a longo prazo, mas até lá poderemos aproveitar as limpezas e desbastes e canaliza-las para as empresas de aproveitamento de resíduos, amealhando pequenas somas que poderão ser utilizadas na manutenção do povoamento (os custos de manutenção dum povoamento florestal são normalmente inferiores à

maior parte de outras actividades económicas) poderemos ainda complementar com outras actividades que em nada prejudicam o crescimento do povoamento, como a pastorícia ou o aluguer da área para esse efeito (só aconselhável quando as árvores já tenham uma altura razoável), criação de áreas de lazer (campismo, circuitos de bicicleta de montanha, etc).

A exploração florestal necessita urgentemente de gestão, e gerir não é mais do que planear, organizar e controlar. Planear através da determinação das áreas que queremos povoar, quais as espécies que melhor se adequam aos objectivos que pretendemos atingir, noemadamente o tipo de produto que pretendemos produzir (é diferente direccionar a produção para madeira para pasta de papel ou para a indústria de mobiliário), o escalonamento do povoamento com diversas parcelas etárias que proporcionarão cortes sucessivos ao fim de alguns anos, a diminuição dos factores de risco da actividade, como a minimização dos efeitos do fogo com a construção de caminhos, aceiros e limpezas regulares, etc. Depois teremos que organizar tudo isto que referimos

atrás que não é mais do que pegar em cada um dos pontos que foram planeados e pô-lo em prática procurando sempre os melhores resultados com o menor custo possível como qualquer empresa de outros sectores económicos. E por fim, e nem por isso o menos importante, temos que controlar os nossos povoamentos, à semelhança do que fazemos nas outras empresas, ninguém investe numa indústria, por exemplo uma fábrica de mobiliário e depois vai de férias prolongadas para o Brasil. É necessário controlar tudo aquilo que foi planeado e que depende de variáveis imprevisíveis.

O que é preciso é deixar de olhar para a floresta como um «depósito a prazo» ao qual se recorre aquando da necessidade, e passar a olhá-la como um qualquer investimento financeiro com elevado risco mas consequentemente proporcionando elevados rendimentos por unidade investida.

Invistam na floresta, apostem no futuro.

Joaquim Manuel Vieira
(Técnico Administrativo da Associação)

CELFOR – Associativismo sim, incêndios não obrigado

Estamos em pleno Verão e mais uma vez começamos a falar e pensar nos incêndios florestais. São as muitas e tristes imagens, constantes nos telejornais, é o fumo e cheiro que nos incomoda no dia a dia, é a sirene dos bombeiros que não pára de tocar, etc... Um sem número de coisas que por esta altura nos leva a falar, a pensar, a nos preocupar com os fogos florestais. Pena é que, esta nobre preocupação seja sazonal, e perca intensidade, tal como o calor, com a vinda do Inverno.

Num país como Portugal, onde o clima propicia este flagelo, temos de fazer desta preocupação uma constante. Foi com esta atitude que, a CELFOR – Associação de Produtores Florestais se candidatou a uma equipa de sapadores florestais.

Apesar desta candidatura ter decorrido num processo algo turbulento, no qual a corrida contra o tempo, se mostrou inimiga da perfeição, esperamos que esta equipa, se se chegar a constituir,

o que obviamente, aguardamos que aconteça, venha a desempenhar um importante papel, na defesa da floresta dos nossos associados.

Esta equipa, constituída por cinco elementos, irá fazer a vigilância a fogos florestais durante o Verão, e no resto do ano irá executar acções de silvicultura preventiva, como sejam: limpeza de matos, povoamentos, caminhos e corta fogos, acções de sensibilização e fogo controlado.

É com certeza a primeira vez em Portugal que estas equipas estão ao dispor da floresta privada, o que nos trás grandes responsabilidades como Associação gestora e coordenadora desta mesma equipa. Muito modestamente, pretendemos fazer o nosso melhor, contudo, isto só será possível com muito empenho de todos e muito especificamente dos nossos associados.

Marisa Martins
(Técnica da CELFOR)

Associação Florestal de Entre Douro e Vouga

– visita de estudo à Serra da Freita

A Associação Florestal de Entre Douro e Vouga, com a colaboração da Eng^a Mafalda Evangelista, realizou uma visita de estudo enquadrando-se no tema «A Intervenção do Homem no Ambiente», destinada a alguns alunos da Escola E.B. 2, B Fernando Pessoa, de Santa Maria da Feira.

É de realçar este tipo de acções, que se enquadram na Área da Educação Ambiental, muitas vezes tão ausente, e que mais tarde se manifesta negativamente e de variadíssimas formas.

É sem dúvida fundamental, incutir nos «homens de amanhã» o espírito de respeito, harmonia, bem como de partilha de espaços essenciais para a Humanidade, como o são os espaços verdes de uma maneira geral e particularizando os Espaços Florestais, cada vez mais ameaçados.

Foi com este objectivo, que a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga aceitou a solicitação feita pela escola acima citada, esperando que tenha dado os seus frutos, e fazendo votos para que apareçam mais escolas interessadas neste ou noutros tipos de acções.

Deixamos o testemunho de duas professoras, Ana Carneiro e Celeste Almeida, que acompanharam a visita.

No dia 9 de Junho realizamos uma visita de estudo à Serra da Freita com os alunos do 7º B e 8º C da Escola E.S. 2, B Fernando Pessoa – Feira.

Esta visita integrou-se no âmbito da realização do projecto da Área Escola, cujo sub – tema era «Interferência do homem no Ambiente».

A visita de estudo foi integralmente planeada pelo Engº Jorge Cunha, com base nos objectivos estabelecidos no plano elaborado pelos alunos e professores participantes.

O Engº Jorge Cunha e a Engª Mafalda Evangelista acompanharam-nos durante todo o dia, tendo dado aos alunos um guião relativo ao percurso a efectuar. Durante a visita fizeram referência aos aspectos fundamentais da fauna, da flora e formações litológicas, tendo referido algumas acções que evidenciam a Interferência do Homem na Serra.

Não podemos deixar de referir o entusiasmo com que os nossos alunos viveram esse dia na

Serra. Por um lado, pelo facto de terem uma aula fora das 4 paredes da sala, e por outro lado pela forma com os Engenheiros conseguiram motivar: materiais simples e adequados ao nível etário e qualidades dialógicas que permitiram uma interacção viva entre os alunos/aluno, alunos/guias.

Lamentamos o facto de não serem os alunos a redigir esta notícia, mas a visita foi realizada no fim do ano lectivo, não havendo portanto oportunidade para isso.

Jorge Cunha
(Técnico da Associação)



Protocolo de colaboração entre o MADRP/DGF e a AFEDT

Com a presença de suas Excelências o Senhor Ministro da Agricultura do desenvolvimento Rural e das Pescas, o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, realizou-se no dia 24 de Maio último na Companhia das Lezírias – Samora Correia, a cerimónia de assinatura deste protocolo. Com a duração de quatro anos este protocolo visa a vigilância, detecção e primeira intervenção aos incêndios florestais a efectuar pela AFEDT na sua área de intervenção e zonas limítrofes. Para tal a DGF dotará a AFEDT de uma estrutura operacional constituída por uma viatura «Todo-o-Terreno» equipada com «Kit» de primeira intervenção bem como meios de radiocomunicações. Estas actividades serão desenvolvidas durante a época de maior ocorrência de incêndios florestais. Fora desta, a viatura será utilizada pela AFEDT em acções afectas ao sector florestal, designadamente na área da assistência técnica aos seus associados. A cerimónia culminou com a entrega das chaves e respectiva viatura.

Embora inicialmente não estivesse nas intenções da DGF a assinatura deste protocolo com a AFEDT, esta Associação manifestou entretanto àquela instituição o desejo de ser igualmente contemplada, enviando para análise um «dossier», onde descreveu as actividades desenvolvidas e objectivos futuros. Ao que a DGF respondeu positivamente após análise e reconhecimento da importância e valor das actividades desenvolvidas

pela AFEDT concretamente na área da Protecção da Floresta Contra Incêndios.

Extensão da AFEDT em Amarante

Na sequência do grande êxito do Balcão Informativo na Cooperativa Agrícola de Baião (como publicado em boletim anterior), a avaliar pela actividade do primeiro ano, e no sentido de dar seguimento a uma estratégia de descentralização e estar mais próximo dos nossos associados em particular e proprietários florestais em geral, constituímos a 12 de Maio a Extensão de Amarante.

Esta iniciativa surgiu de contactos anteriores da AFEDT com elementos da Câmara Municipal de Amarante, nomeadamente o Senhor Vereador Ave-lino Carmo que com a sua sensibilidade e dedicação às questões florestais, ajudou a dar corpo de uma forma tão rápida e eficiente a esta iniciativa.

Desta parceria resultou que a Câmara Municipal de Amarante cedeu instalações para que a Associação com a periodicidade necessária ajude a desenvolver a floresta do Concelho. As referidas instalações localizam-se no Mercado Municipal (onde funcionava o Aferidor Municipal). Assim, numa fase inicial a AFEDT estará disponível, todas as Quartas-Feiras (na parte da manhã) e sempre que necessário, para prestar todos os esclarecimentos junto dos Amarantinos.

António Neto
(Técnico da Associação)

Forestis



Associação Florestal da Terra Fria Transmontana

A ARBOREA – Associação Florestal de Terra Fria Transmontana, com sede no Edifício da Casa do Povo – Vinhais, completou em 13 de Setembro de 1998 o seu primeiro ano de existência.

Devido à área social que é abrangida (concelhos de Vinhais, Bragança e Vimioso) e ao regime de propriedade que a caracteriza (pequena propriedade), o associativismo é fundamental para uma gestão e um ordenamento eficaz quer para os produtos florestais que daí resultem, quer para a preservação e recuperação de áreas degradadas.

Inicialmente a sua actividade caracterizou-se pelo empenho e dedicação de todos os seus elementos, Direcção, Técnico e Administrativo, na sua constituição e na aquisição de meios mínimos para garantir o apoio técnico necessário aos seus associados.

Neste momento, e com praticamente todo o material que nos propusemos adquirir através da medida 4 do PAMAF, estamos no terreno a trabalhar no sentido de darmos resposta às necessidade mais imediatas dos nossos sócios.

São os projectos florestais que mais estimulam a procura da nossa associação, tendo esta respondido de acordo com as suas capacidades. Salienta-se a elevada adesão dos proprietários privados ao regulamento (CEE) 2080/92, já com 67 ha projectados para arborização, e dos organismos públicos (Juntas de Freguesia) ao Plano de Desenvolvimento Florestal (Medida 3 do PAMAF), ultrapassando os 100 ha projectados, sendo a beneficiação dos povoamentos florestais a acção mais solicitada, facilmente explicada pela necessidade da diminuição da carga com-

bustível existente nas nossas florestas, reduzindo consequentemente o risco de incêndio.

O mês de Junho caracterizou-se por uma reflexão sobre os biótipos existentes na nossa área social, os problemas a eles associados e a sua solução. Situações peculiares típicas da Terra Fria Transmontana, como o Castanheiro, o Castanho e a Castanha, têm vindo a suscitar um elevado interesse por parte dos nossos associados, quer na comercialização dos seus produtos, quer nos problemas que ameaçam os seus Soutos (Doença da Tinta e Cancro do Castanheiro), e que tantos têm dizimado por estas Terras Transmontanas.

Para além dos serviços técnicos que a ARBOREA fornece aos seus associados, como a elaboração e acompanhamento de projectos florestais, levantamentos perimetrais com GPS, avaliação de material lenhoso, comercialização de produtos florestais, elaboração de planos de gestão para a floresta, apoio à constituição de agrupamentos de produtores florestais, sublinhe-se a formação profissional que ainda este ano irá ser realizada com o intuito de enriquecer os conhecimentos técnicos dos participantes (sócios) e fomentar a necessidade e o reconhecimento da força do associativismo.

Acreditamos numa sociedade dinamizadora, capaz de criar organizações fortes e intervenientes, tendo presente a modernização e o desenvolvimento do sector florestal nacional.

António Borges
(Técnico da ARBOREA)

ASSOCIAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS

ASSOCIAÇÕES	SEDE	PRESIDENTE	EQUIPA TÉC.
Associação Florestal do Vale do Sousa	Ed. Sonho, Fracção C – cave tras., – Madalena • 4580 Paredes Tel. / Fax: (055) 783 979 • Telem.: (0936) 2568659	Dr. Américo Mendes	Eng ^a . Amália Neto e Eng ^a Alexandre Gomes
CELFLOR	R. Andrade Corvo, Ed. Câ. Mun. • 6360 Celorico da Beira Tel. / Fax: (071) 741 307 • Telem.: (0936) 2502036	Eng ^o António J. Marques Caetano	Eng ^a . Marisa Martins
Associação Florestal do Lima	Antigos Paços do Concelho – Praça. da República 4990 Ponte de Lima Telem.: (0931) 762 50 99 • Tel./Fax: (058) 944 103	Sr. Viana da Rocha	Eng ^a . Sónia Marques (0931) 7625099
Associação Florestal de Basto	Av. Capitão Elísio de Azevedo, Lt.14, 2º D 4860 Arco de Baúlhe Tel. / Fax: (053) 665 309 • Telem.: (0936) 804 41 63	Dr. António Bastos	Eng ^a . Artur Mota (0936) 8044163
Associação Florestal do Cávado	Campo das Carvalheiras nº 1 • 4700 Braga Tel. / Fax: (053) 218 713 • Telem.: (0931) 976 47 45	Dr. José Braga da Cruz	Eng ^a . Arminda Coutinho
Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho	Largo dos Padrões, Bloco 4, • 4950 Monção Tel. / Fax: (051) 654 096 • Telem.: (0936) 707 39 90	Sr. Manuel Guardão	Eng ^a . Margarida B. e Elisabete Araújo (0936) 7073990
Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega	Estrada Larga – Túias • 4630 Marco de Canavezes Tel./Fax: (055) 523 556 • Telem.: (0936) 235 42 85	Dr. Amadeu Carlos Marramaque	Eng ^o . António Neto
Associação Florestal do Vale do Douro Norte	Antiga Câmara Municipal – Lº. do Pelourinho – Apartado. 38 5090 Murça Tel.: (059) 511 712 • Telem.: (0931) 955 40 42	Sr. Coronel António M. Aires	Eng ^a . João Teixeira
PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto	Rua 5 de Outubro, nº 5 (Ed. Bombeiros) • 4420 Gondomar Tel./Fax (02) 463 18 66 • Telem.: (0936) 249 75 63	Eng ^o José Barros Sousa e Maia	Eng ^a Teresa Neves
ARBOREA – Associação Florestal da Terra Frla Transmontana	Ed. Casa do Povo – Largo do Toural • 5320 Vinhais Tel./Fax: (073) 770 070 Telem.: (0936) 2404007	Dr. Eduardo Vicente Roxo	Eng ^a António Borges
Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga	P. Brandão de Vasconcelos, 10 (Antigo edifício escolar) 4540 Arouca Tel./Fax: (056) 949 041 • Telem.: (0936) 267 51 63	Dr. Luís Assis Teixeira	Eng ^a Jorge Cunha
Associação dos Silvicultores do Vale do Ave	Adega Cooperativa de Guimarães • Motelo – Fermentões Apartado 1076 • 4810 Guimarães Tel.: (053) 553776 • Telem.: (0931) 7406989	Sr. Luís Bento Miranda	Eng ^a Rui Guimarães
Florisvouga – Associação Florestal de Lafões	Drizes, Bairro Novo • Apartado 3660 S. Pedro do Sul Tel.: • Telem.: (0936) 776 37 16	Dr. Daniel Correia	—



RUA DO CAMPO ALEGRE, 823, 4150 PORTO • TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt



Co-financiado pelo
FEDER - Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional
PRONORTE
Programa Operacional do Norte